

■ COMENTÁRIOS & PERSPECTIVAS

A magia do crescimento

Maria Clara R. M. do Prado



Muito se fala sobre a década e quanto o País deixou de ganhar em renda por não ter crescido o que deveria nos anos 80. O tombo foi de fato pesado. É como se a economia brasileira tivesse caído em um abismo depois de onze anos contínuos de elevadas taxas de crescimento.

Em média, o PIB aumentou apenas 2,8% ao ano na década passada, contra 8,55% de expansão média anual ocorrida nos anos dourados que caracterizaram a década de 70.

Mas há uma década pior: os anos 90, até aqui, mostram um ritmo de crescimento ainda mais moderado do que os anos 80. O PIB cresceu nesta década, até 1997, à taxa média de 2,07% ao ano.

A inflação retardou investimentos e camuflou a real situação das contas públicas. Foi um dos fatores que ajudaram a economia a crescer menos nos últimos anos, mas não a causa primária. É simplista achar que a inflação nasce por geração espontânea. Ela nasce de políticas erradas, nasce do desperdício, da má alocação da renda produzida e dos gastos improdutivos.

Sabe-se que os brasileiros pagaram uma alta conta por não ter sido feito o ajuste necessário às condições externas adversas no final dos anos 70. Não por falta de aviso. Prevaleceu, porém, a ótica dos interesses políticos. Continuou-se a forçar um processo de expansão que deu de cara com a parede logo em 1981, quando o PIB acusou retração de 4,1%.

Três anos depois surge o diagnóstico da inércia inflacionária — a única contribuição impor-

tante do meio acadêmico brasileiro à ciência econômica nos últimos anos — e segue-se uma série de tentativas de estabilização a partir de 1986. Só no governo Sarney foram três planos: o Cruzado, o Bresser e o Verão. Todos jogados no lixo por iniciativas de motivação puramente política. Na hora de arrochar, venciam sempre os defensores da gastança.

Veio o Plano Collor e o desastre foi maior. A sociedade passou pelo enorme sacrifício do confisco da poupança, mas dois meses depois boa parte da liquidez represada no Banco Central estava de volta às ruas, no bolso de grupos privilegiados. Os interesses políticos colocaram mais uma vez a perder o esforço de todo um país em prol da estabilização. O PIB caiu 4,35% em 1990.

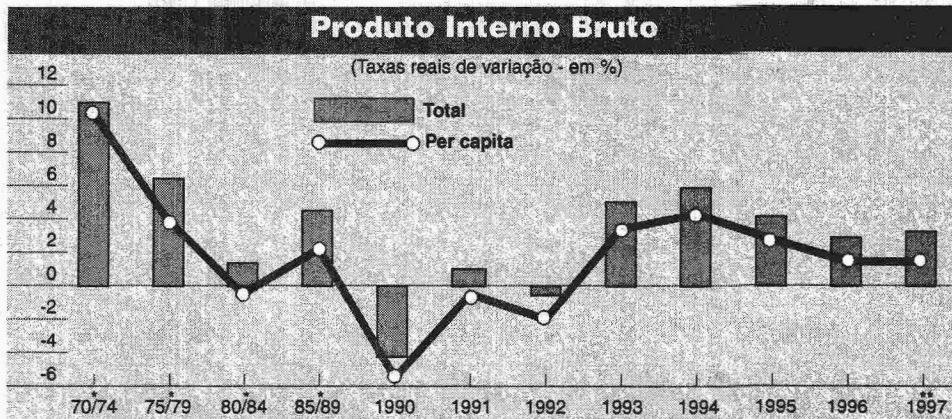
Quem tem o hábito de olhar para atrás pode ficar apreensivo. A sensação de que as ingênuas de ordem puramente política, o troca-troca e a barganha, acabem por colocar em risco o futuro do Plano Real é algo que por si só apavora. A percepção do tamanho do risco cresce diante do tamanho da renda que deixou de ser ganha nos últimos anos.

Não foi pouco. Se a economia brasileira tivesse continuado a crescer a taxas elevadas, digamos de 6% em média, ao ano, desde 1980, o PIB do País seria hoje 54,2% maior. Ou seja, teríamos alcançado uma renda total equivalente a US\$ 1,232 trilhão, bem acima dos US\$ 799,14 bilhões estimados preliminarmente para 1997.

Teria sido um avanço extraordinário. O PIB per capita acusaria um pulo razoável: dos parcos US\$ 4.994,00 atuais para uma marca mais dignificante, de US\$ 7.702,85. Não significa, obviamente, que cada brasileiro passaria a receber efetivamente aquele valor por ano. O PIB per capita tem o objetivo de dar uma idéia do nível de renda potencial de cada indivíduo em uma sociedade, sem levar em consideração a forma como a renda é distribuída. Dá no

Ano	Produto Interno Bruto					
	Total (US\$ bilhões)	% real	Per Capita (US\$)	% real	Total (US\$ bi)	Per capita (US\$)
1986	337,83	7,50	2.508,91	5,35	444,99	3.304,74
1987	362,00	3,50	2.637,18	1,56	492,61	3.588,66
1988	376,00	-0,10	2.689,19	-1,88	545,24	3.899,63
1989	406,00	3,20	2.852,99	1,36	604,82	4.250,08
1990	445,90	-4,35	3.081,04	-5,53	680,25	4.700,35
1991	405,68	1,03	2.758,34	-0,57	743,42	5.054,74
1992	387,29	-0,54	2.593,07	-2,07	810,88	5.429,11
1993	429,69	4,92	2.834,86	3,36	882,74	5.823,90
1994	543,09	5,85	3.532,83	4,33	960,97	6.251,18
1995	705,45	4,22	4.527,27	2,76	1.044,09	6.700,52
1996	775,41	2,76	4.923,23	1,35	1.143,26	7.258,78
1997*	799,14	3,03	4.994,63	1,42	1.232,46	7.702,85

Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil - Dados Banco Central, IBGE e Tesouro Nacional * Preliminar ** Suposição de crescimento



Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil - Dados Banco Central e IBGE
* Média do período
** Estimativa

entanto uma noção sobre o padrão de renda do povo, em geral.

Pior de tudo é saber que a pressão por gastos públicos se manteve crescente mesmo em um ambiente de menor expansão econômica. Só a arrecadação fiscal da União — além de estados e municípios, fica de fora também a previdência — atingiu no ano passado o equi-

valente ao valor de US\$ 100,80 bilhões, ou 12,5% do PIB. Com o ICMS, ISS, INSS e outras taxas, a arrecadação total aumenta para cerca de US\$ 230 bilhões ou algo em torno de 29% do PIB no ano passado. Pior ainda fica o quadro diante dos números que apontam para a deterioração do déficit do setor público.

É como se de uma torta feita com pouco

fermento estivessem sendo retiradas fatias cada vez maiores para alimentar um governo cuja fome é tanta e tão grande que ainda precisa abocanhar porções do resto da torta para satisfazer toda a sua gula.

A situação fica péssima quando se percebe que, ainda comendo mais e tendo de se refestelar nas fatias dos outros, o governo não consegue satisfazer as mínimas necessidades da população. Na verdade, satisfaz cada vez menos. A epidemia de dengue que assola a cidade do Rio de Janeiro é prova cabal do descaso das autoridades com suas obrigações mais elementares.

Não se entende, pois, o porquê do espírito de euforia que tomou conta dos políticos com o Plano Real. Menos ainda que encontre eco em alguns gabinetes do Executivo. Até o menos avisado sabe que o plano teve na desindexação sua peça mais fundamental, reforçada pela abertura econômica e por uma política monetária norte-americana extremamente favorável. Estava claro desde o início que a função do Real era acabar com a inércia que movia a inflação. Sozinho, não seria capaz de resolver os graves problemas de ordem fiscal que afigam a economia brasileira.

Comete grave equívoco quem se deixa impressionar com os baixos números de inflação. O Brasil tem um problema sério em suas finanças públicas. Ao governo cabe deixar isso claro para a sociedade.

Aos economistas, fica aqui o desafio de tentarem medir o que poderia ser conhecido como "capacidade desperdiçatória", aquele mundo de dinheiro que o governo arrecada do contribuinte mas que acaba jogando fora pela janela.

*Colaborou Pedro Cássio, do Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

(Esta coluna sai todas as terças, quintas e sextas-feiras)